



16515608



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião

Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 28/10/2021	
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Anderson Gustavo Torres	GM
Antonio Ramirez Lorenzo	GM
Marcos Paulo Cardoso Coelho da Silva	GM
Márcio Nunes de Oliveira	SE
Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
David de Lima Freitas	SPO
Rogério Xavier Rocha	SAA
Rodrigo Lange	DTIC
Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
Lucas Alves de Lima Barros de Góes	AFEPAR
Georgia Renata Sanchez Diogo	ASINT
Ana Cristina Melo Santiago	SEGEN
Bruno Andrade Costa	SENAJUS
Juliana Oliveira Domingues	SENACON
Luiz Roberto Beggiora	SENAD
Carlos Renato Machado Paim	SENASP
Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo	SEOPI
Josélio Azevedo de Sousa	DEPEN
Paulo Gustavo Maiurino	PF
Jean Coelho	PRF
Neide Alves Dias de Sordi	AN
Rodrigo de Sousa Alves	FUNAI
Felipe Uchoa dos Santos	OUV
Giselli dos Santos	CONJUR
PAUTA:	

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e pauta da reunião;
3. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023: DEPEN, SENACON e SENASP;
4. Reunião de Avaliação da Estratégia de Outubro – Revisão quadrimestral;
5. Informe SPO/SE;
6. Informe SAA/SE;
7. Informe DTIC/SE;
8. Informe AECl;
9. Inovação e Planejamento Estratégico no DEPEN;
10. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. A reunião do Comitê de Governança Estratégico - CGE foi iniciada com a abertura realizada pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Gustavo Torres, agradecendo a presença de todos, e reforçando a importância da comunicação entre a alta gestão a partir da utilização dos canais criados no MJSP e fluxos estabelecidos para a troca de tais informações. O Secretário-Executivo, Sr. Márcio Nunes de Oliveira, informou, na sequência os itens da pauta a serem discutidos na ocasião.
2. Dando início ao monitoramento do planejamento estratégico, o Diretor-Executivo substituto do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, Sr. Josélio Azevedo de Sousa, abordou sobre o andamento do projeto estratégico “Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN”, que se encontra em situação adiantada. O projeto objetiva a implantação do sistema de gestão prisional, sendo este a compilação nacional de banco de dados geridos pelo DEPEN, com informações de todos os sistemas de administração penitenciária do país, atualizado a cada 24 horas, com dados de qualificação (de presos, visitantes e advogados), de movimentação prisional e de eventos de visitas e atendimentos. Os dados obtidos pelo SISDEPEN têm sua aplicabilidade na elaboração e execução de políticas públicas, no fornecimento de subsídio para ações de inteligência penitenciária e de segurança pública, na integração com outros sistemas informáticos e no auxílio ao combate a fraudes contra o Auxílio Emergencial da Covid-19. O sistema traz os mais diversos tipos de dados tanto de encarcerados como também de egressos. Com relação ao indicador estratégico “Quantidade de operações realizadas pela Força de cooperação penitenciária”, o Diretor do Sistema Penitenciário Nacional, Sr. José Renato Gomes Vaz, explicou que a Força de Cooperação Penitenciária consiste em uma política do Departamento para prestar auxílio aos estados que enfrentam problemas em seus sistemas penitenciários, a partir da solicitação de apoio ao MJSP que, por meio do DEPEN, realiza uma Força Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP para retomar o controle da unidade prisional, além de estabelecer procedimentos de segurança nas unidades. Registrou que a primeira FTIP surgiu no estado do Rio Grande do Norte, durante a rebelião na Penitenciária de Alcaçuz em 2017. No ano de 2021, o DEPEN tem se empenhado para atuar de forma preventiva, tendo sido realizada até o momento 1 operação. O Diretor afirmou o incentivo às unidades para que solicitem FTIPs preventivas.
3. Em seguida, a Secretária Nacional do Consumidor, Sra. Juliana Oliveira Domingues, trouxe informações sobre o projeto estratégico Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br com foco na desjudicialização e do indicador Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br. Informou que na plataforma, voltada para a redução de litígios judicializados e o aperfeiçoamento de métodos auto compositivos, já foram finalizadas mais de 4 milhões de reclamações recebidas pelas 1.119 empresas credenciadas, das quais 1.049.477 foram finalizadas até o momento em 2021 (correspondendo a 78% de resolutividade). Os dados da plataforma apontam que 99% das demandas foram respondidas, com prazo médio de respostas de 8 dias. De acordo com a Secretária, a publicação de 2 políticas públicas (Portaria nº15/2020 e a Portaria nº 12/2021) contribuíram para que grande parte das empresas de produtos e serviços essenciais, além dos aplicativos e de outros serviços de primeira necessidade do consumidor, ingressassem na plataforma em decorrência da pandemia provocada pela Covid-19. Registrou, ainda, que o procedimento de acesso à plataforma (autenticação) passará a ser realizada por meio da plataforma central de autenticação digital do cidadão (Conta GOV.BR), disponibilizada pelo Ministério da Economia em parceria com o Serpro. A atualização do Consumidor.gov.br para utilização do login único está prevista para o dia 12 de novembro de 2021.
4. Na sequência, o Sr. Carlos Renato Machado Paim, titular à frente da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, expôs sobre o projeto estratégico “Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos”. A fim de identificar o perfil genético de todos os indivíduos previstos em Lei, bem como examinar todos os vestígios pendentes e inserir todos os perfis elegíveis nos bancos de dados, as coletas de materiais genéticos foram iniciadas em 2018, sendo possível observar um número crescente de condenados cadastrados. O MJSP assumiu protagonismo junto aos estados na implementação dessa rede, colaborando inclusive com a doação de insumos e realização de capacitações. O projeto encontra-se em situação satisfatória. Mencionou que o banco vem sendo muito utilizado pelos estados, promovendo a integração entre os entes federativos. Referente ao indicador estratégico “Percentual de UFs integradas ao Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB”, a SENASP adquiriu o sistema em questão a fim de atender aos 5 estados previstos no projeto “Em Frente Brasil”, com adesões a serem realizadas pela Polícia Federal – PF e pelos seguintes estados: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso. De acordo com o Sr. Carlos Paim, com a entrega desses equipamentos, o sistema poderá ser finalmente lançado, sendo prevista aquisição futura do equipamento para cada UF.
5. Dando continuidade à pauta, o Sr. David Freitas, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, tratou da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, com a revisão do planejamento estratégico 2020-2023. Informou que foi encaminhado processo SEI às unidades no dia 10 de setembro de 2021 dando início à revisão da estratégia com prazo para as devolutivas até o dia 22 de setembro de 2021. O escopo da revisão envolveu a inclusão, alteração e exclusão de projetos; inclusão, alteração, exclusão de indicadores e revisão de metas, exceto àqueles indicadores relacionados ao PPA. Após a consolidação de todas as informações encaminhadas à SPO, e consolidadas pela Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - CGGE, foi realizada reunião de validação das propostas de alteração de indicadores e projetos estratégicos com a Secretaria-Executiva – SE e o Gabinete do Ministro – GM. O material resultante da referida reunião foi encaminhado a todos os titulares via e-mail para análise e manifestação. Mencionou o esforço realizado pela SPO no sentido de aprimorar a carteira de projetos do MJSP, para que os projetos inseridos reflitam de maneira mais assertiva o que as unidades vêm produzindo e entregando.
6. Complementarmente, o Secretário-Executivo afirmou a intenção de realizar uma ampla análise a respeito dos projetos estratégicos inseridos no planejamento para uma priorização. Por fim, tendo como referência os documentos disponibilizados, submeteu a revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023 do MJSP à deliberação do CGE, que foi aprovada sem ressalvas.

7. Retomando a fala, o Sr. David Freitas apresentou os informes da SPO, trazendo alguns prazos importantes do fluxo orçamentário. Além disso, expôs sobre o Decreto nº 10.699, de 14 de maio de 2021, que impõe aos Ministros de Estado de cada Pasta a responsabilidade de informar ao Ministério da Economia acerca de eventuais recursos que não serão utilizados. Nesse sentido, solicitou que, até o dia 19 de novembro de 2021, os titulares de cada unidade informem à Secretaria-Executiva, por meio de ofício, os montantes dos cronogramas de pagamento que não serão utilizados até o final do exercício. Entre o período de 10 a 14 de dezembro de 2021 haverá janela orçamentária para despesas obrigatórias que se restringe, praticamente, à folha de pessoal, ao Fundo Nacional de Segurança Pública – FNPS e ao Fundo Penitenciário Nacional – Funpen. Sobre o indicador de execução orçamentária, o Subsecretário atentou as unidades sobre os valores de crédito disponível a empenhar, além do montante de créditos que se encontram em pedidos de alterações orçamentárias em andamento. Dessa forma, solicitou que sejam informados os orçamentos de suas respectivas unidades que não serão executados para que possam ser realocados.
8. Na sequência, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, abordou sobre o Cronograma de Revisão do Plano Anual de Contratações - PAC 2022. Informou que, por meio da Resolução CPGC nº 03, de 19 de agosto de 2021, o 1º e o 2º períodos de redimensionamento do PAC 2022 foi unificado. O processo, que se iniciou em setembro, encontra-se em fase de análise e depuração das alterações e envio para aprovação da autoridade competente da unidade, para posterior aprovação final.
9. Em seguida, o Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sr. Rodrigo Lange, trouxe o informe sobre o IGG - Índice Integrado de Governança e Gestão, especificamente sobre a temática de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTI 2021), obtido a partir de uma autoavaliação dos órgãos, demandada pelo Tribunal de Contas da União - TCU. Dentre os 16 Ministérios, o MJSP alcançou a 1ª posição, com nível considerado avançado, e 6º lugar quando comparado com todos os órgãos que responderam ao questionário (378 órgãos).
10. Dando continuidade à pauta, o Assessor Especial de Controle Interno, Cláudio Py, apresentou a evolução do trabalho de gerenciamento de risco, com o panorama geral dos processos analisados (66), em situação de ajuste pelas unidades (39), os aprovados no âmbito do CGE (8), e os enviados para análise do Comitê (19). Na ocasião, o Assessor submeteu à aprovação os seguintes processos de trabalho, apresentando quantitativos de riscos – extremo, alto, médio e baixo, de controles a serem implementados e seus prazos: i) Fiscalizar o trânsito em rodovias federais (Polícia Rodoviária Federal – PRF); ii) Promover a segurança e a livre circulação nas rodovias federais (PRF); iii) Gerir integração de sistemas de dados e informações de interesse da Segurança Pública (PRF); iv) Gerir investigações criminais (Polícia Federal – PF); v) Gerir ações de inteligência policial para a produção de conhecimentos no interesse da investigação criminal (PF); vi) Gerir atividades criminalísticas; vii) Realizar investigação criminal; viii) Gerir projetos de arquitetura e engenharia (Secretaria-Executiva – SE); ix) Gerir contratos de aquisição de bens e serviços (SE); x) Prover governança de TIC (SE); xi) Gerenciar serviços e suportes de TIC (SE); xii) Gerir o planejamento das contratações e a seleção de fornecedores (SE); xiii) Gerir o desenvolvimento humano organizacional (SE); xiv) Atualizar doutrina em segurança pública e de inteligência penitenciária (DEPEN); xv) Fomentar conhecimento de temas afetos à segurança pública (DEPEN); xvi) Promover ações de reintegração social em estabelecimentos penais (DEPEN); xvii) Fomentar a aplicação de alternativas penais em substituição à prisão (DEPEN); xviii) Fomentar a indução e a disseminação de ações de valorização de pessoal de segurança pública (SENASP); xix) Promover a gestão de riscos, integridade e controle interno no MJSP (Assessoria Especial de Controle Interno – AEI). Os processos foram aprovados sem ressalva.
11. O Sr. Cláudio Py abordou sobre o IGG dos órgãos da administração pública federal, ciclo 2021, o qual foi divulgado pelo TCU por meio do Acórdão TCU nº 2.164/2021. Os temas compreenderam: a) Governança pública organizacional b) Governança e gestão de pessoas; c) Governança e gestão de Segurança e da Tecnologia da Informação; d) Governança e gestão de contratações; e, e) Governança e gestão orçamentárias. Mencionou que o MJSP ocupou o 1º lugar relacionado às áreas orçamentária, de planejamento e de TIC, como apresentado anteriormente pelo Diretor Sr. Rodrigo Lange.
12. Acerca do planejamento estratégico do DEPEN, a Sra. Márcia Machado, da Assessoria de Assuntos Estratégicos do DEPEN falou sobre o Case: Game – A Estratégia do DEPEN, evento inovador promovido pela unidade. A partir do objetivo estratégico no âmbito do MJSP de “Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional”, identificou-se a necessidade de realizar o planejamento estratégico do órgão. O evento criado pelo DEPEN usou uma ferramenta de internet chamada *Ahaslides*, com a finalidade de realizar a interação entre servidores participantes da oficina. O aplicativo forneceu perguntas relacionadas às políticas públicas, projetos, indicadores e planejamento estratégicos do DEPEN e do MJSP aos participantes, além de vídeos, aproximando os servidores da temática. Após a oficina, a construção do planejamento estratégico do DEPEN foi iniciada e se encontra em fase de aprovação da missão, visão e valores do Departamento.
13. O Sr. David Freitas retomou a fala e apresentou o painel de Monitoramento Operacional do MJSP, ferramenta que visa facilitar a tomada de decisões e o monitoramento dos resultados do Ministério. Atualmente o painel consolida informações de segurança pública, apresentadas pelas unidades, a exemplo do quantitativo de armas e drogas apreendidas, operações, apreensões patrimoniais, doações realizadas, pessoas presas e fiscalizadas e entregas por UF. O Subsecretário informou ainda que os indicadores referentes à temática de Justiça estão em análise para fins de definição quanto àqueles que irão compor o painel.
14. Complementarmente, o Sr. Márcio de Oliveira comunicou a intenção de que algumas unidades sejam selecionadas a apresentarem seus resultados nas próximas reuniões do CGE a partir dos indicadores do painel apresentado pelo Subsecretário.
15. Por fim, o Secretário-Executivo apresentou os encaminhamentos finais. O processo SEI de monitoramento para a coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos será até o dia 10 de novembro, ressaltando a importância da sistemática de coleta dos indicadores estratégicos para a confiabilidade dos dados em transparência ativa (Transparência e Prestação de Contas no site do Ministério). Comunicou que a próxima reunião do CGE, previamente agendada para o dia 25 de novembro de 2021, será a última a ser realizada no ano, com retorno previsto para janeiro de 2022. Na próxima reunião, o monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 consistirá em: i) SE: Projeto “Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública” e indicador “Percentual de desenvolvimento de competências associadas ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP”; ii) Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS: Projeto “Observatório de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública - OBJUS” e indicador “Tempo médio de decisões de processos de naturalização”; e iii) PRF: Projeto “Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito” e indicador “Operações de combate à criminalidade”.
16. Ao finalizar a reunião, o Ministro da Justiça, Sr. Anderson Torres, elogiou o painel de monitoramento apresentado pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento e agradeceu a presença e disponibilidade de todos.





Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Alves, Usuário Externo**, em 29/11/2021, às 17:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PAULO CARDOSO COELHO DA SILVA, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 29/11/2021, às 18:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 29/11/2021, às 18:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 29/11/2021, às 19:03, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO RAMIREZ LORENZO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 30/11/2021, às 11:04, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON GUSTAVO TORRES, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 30/11/2021, às 11:37, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIO NUNES DE OLIVEIRA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 06/12/2021, às 10:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 07/12/2021, às 11:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE UCHOA DOS SANTOS, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 07/12/2021, às 15:15, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 13/12/2021, às 10:04, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 16/12/2021, às 15:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Andrade Costa, Secretário(a) Nacional de Justiça - Substituto(a)**, em 16/12/2021, às 16:20, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Melo Santiago, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 16/12/2021, às 16:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ALFREDO DE SOUZA LIMA COELHO CARRIJO, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 20/12/2021, às 09:52, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 20/12/2021, às 14:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Joselio Azevedo de Sousa, Diretor(a) de Inteligência Penitenciária**, em 22/12/2021, às 15:15, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **16515608** e o código CRC **31983773**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.